

ROGÉRIO SANCHES CUNHA

MANUAL DE
DIREITO PENAL

VOLUME ÚNICO

PARTE GERAL
(arts. 1º ao 120)

13^a
edição

revista
atualizada
ampliada

2024

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

1253306

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C972m Cunha, Rogério Sanches.
Manual de Direito Penal - Parte Geral - Volume Único / Rogério Sanches Cunha –
13. ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

832 p. (Coleção Manuais – Volume Único).

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4782-2

1. Direito penal. 2. Parte geral. 3. Noções gerais de Direito Penal. 4. Lei Penal. I. Cunha, Rogério Sanches. II Título.

CDD 341.5

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL
Ana Carolina Ribeiro Moïs – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Índice de Perguntas.....	23
--------------------------	----

Parte 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

► *Capítulo I*

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	31
1. Definição	31
2. Direito Penal, Ciência do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal	33
3. Funcionalismo	34
4. Categorias do Direito Penal.....	35
5. “Privatização” do Direito Penal	42
6. As velocidades do Direito Penal.....	44

► *Capítulo II*

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	47
1. Introdução	47
2. Vingança Penal.....	47
2.1. Vingança divina.....	47
2.2. Vingança privada.....	47
2.3. Vingança pública.....	48
3. Direito Penal na Grécia Antiga.....	48
4. Direito Penal em Roma.....	49
5. Direito Penal Germânico.....	50
6. Direito Penal na Idade Média.....	51
7. A Idade Moderna, o período humanitário e o Iluminismo.....	52
8. Escolas Penais.....	53
8.1. A Escola Clássica	53
8.2. A Escola Positiva	55
8.3. A Escola Alemã.....	56
8.4. A Terza Scuola.....	56
9. A moderna doutrina penal	57
10. História do Direito Penal Brasileiro	60

► *Capítulo III*

FONTES DO DIREITO PENAL.....	61
1. Introdução.....	61

2.	Fonte material do Direito Penal	61
3.	Fonte formal do Direito Penal.....	61
3.1.	Fonte formal do Direito Penal à luz da doutrina moderna.....	62
4.	Fonte informal do Direito Penal (costumes).....	67
5.	Características e classificação da lei penal	69

► *Capítulo IV*

INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	71
1. Introdução	71
2. Interpretação extensiva	74
3. Interpretação analógica.....	76
4. Integração da lei penal (analogia).....	77

► *Capítulo V*

TEORIA GERAL DA NORMA PENAL	79
1. Princípios e sua relação com o Direito Penal.....	79
2. Princípios gerais do Direito Penal.....	80
2.1. Princípios relacionados com a missão fundamental do Direito Penal.....	81
2.1.1. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	81
2.1.2. Princípio da intervenção mínima	83
2.1.2.1. Princípio da insignificância (ou bagatela própria).....	85
2.1.2.2. Princípio da bagatela imprópria	105
2.1.2.3. Princípio da adequação social	107
2.2. Princípios relacionados com o fato do agente	108
2.2.1. Princípio da exteriorização ou materialização do fato	108
2.2.2. Princípio da legalidade	108
2.2.2.1. Princípio da legalidade, tipo aberto e a norma penal em branco	115
2.2.3. Princípio da ofensividade ou lesividade.....	122
2.3. Princípios relacionados com o agente do fato	124
2.3.1. Princípio da responsabilidade pessoal.....	124
2.3.2. Princípio da responsabilidade subjetiva.....	125
2.3.3. Princípio da culpabilidade.....	126
2.3.4. Princípio da igualdade	126
2.3.5. Princípio da presunção de inocência (ou da não culpa).....	127
2.4. Princípios relacionados com a pena.....	133
2.4.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	133
2.4.2. Princípio da individualização da pena	134
2.4.3. Princípio da proporcionalidade	134
2.4.4. Princípio da pessoalidade.....	134
2.4.5. Princípio da vedação do “bis in idem”.....	134

▶ *Capítulo VI*

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	139
1. Introdução	139
2. Tempo do crime.....	139
3. Sucessão de leis no tempo	140
3.1. Sucessão de lei incriminadora	141
3.2. <i>Novatio legis in pejus</i>	141
3.3. <i>Abolitio criminis</i>	144
3.4. <i>Novatio legis in melius</i>	145
3.5. Princípio da continuidade normativo-típica	150
4. Lei temporária e lei excepcional	151
4.1. Constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais.....	152
5. Lei penal no tempo: questões complementares	153
5.1. Retroatividade da jurisprudência	153
5.2. Retroatividade da lei penal no caso de norma penal em branco.....	158
5.3. Lei intermediária.....	160

▶ *Capítulo VII*

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO.....	161
1. Princípios aplicáveis e territorialidade.....	161
2. Lugar do crime	165
3. Extraterritorialidade	166
4. Pena cumprida no estrangeiro.....	171

▶ *Capítulo VIII*

EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	175
1. Introdução	175
2. Imunidades diplomáticas.....	176
3. Imunidades parlamentares.....	177
3.1. Imunidade parlamentar absoluta (<i>freedom of speech</i>)	177
3.2. Imunidade parlamentar relativa	181
3.2.1. Relativa ao foro	181
3.2.2. Relativa à prisão.....	187
3.2.3. Relativa ao processo	191
3.2.4. Relativa à condição de testemunha.....	192
3.3. Imunidades parlamentares e o estado de sítio	193
3.4. Imunidades do parlamentar licenciado	193
3.5. Imunidades dos deputados estaduais.....	193
3.6. Imunidades dos vereadores	197
3.7. Foro por prerrogativa de governadores.....	200
3.8. Foro por prerrogativa de membros do Ministério Público e da Magistratura	203
3.9. Foro por prerrogativa de função x Tribunal do Júri	209

▶ *Capítulo IX*

DISPOSIÇÕES FINAIS	211
1. Eficácia da sentença estrangeira.....	211
2. Contagem do prazo.....	215
3. Frações não computáveis da pena	216
4. Conflito aparente de normas	216
4.1. Especialidade (<i>lex specialis derogat legi generali</i>)	217
4.2. Subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>)	218
4.3. Consunção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>)	219

*Parte 2***TEORIA GERAL DO CRIME**▶ *Capítulo I*

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME	223
1. Introdução	223
2. Infração penal, crime, delito e contravenção penal.....	224
3. Diferenças entre crime e contravenção penal	226
3.1. Quanto à pena privativa de liberdade imposta	226
3.2. Quanto à espécie de ação penal.....	227
3.3. Quanto à admissibilidade da tentativa	227
3.4. Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira	227
3.5. Quanto à competência para processar e julgar	227
3.6. Quanto ao limite das penas.....	228
3.7. Quanto ao período de prova do <i>sursis</i>	228
3.8. Quanto ao cabimento de prisão preventiva e temporária.....	228
3.9. Quanto à possibilidade de confisco	229
3.10. Quanto à ignorância ou à errada compreensão da lei.....	229
4. Sujeitos do crime.....	230
4.1. Sujeito ativo.....	230
4.2. Vítima e Sujeito passivo	237
4.2.1. Vítima	238
4.2.1.1. Classificações de vítimas.....	245
4.2.1.2. Vitimização	247
4.2.1.3. Vitimização primária, vitimização secundária e vitimização terciária	249
4.2.2. Sujeito passivo	250
5. Objetos (material e jurídico) do crime material	256
6. Classificação doutrinária de crimes	258
6.1. Crime material, formal e de mera conduta	258
6.2. Crime comum, próprio e de mão própria	259
6.3. Crime doloso, culposo e preterdoloso	260

6.4.	Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes.....	260
6.5.	Crime consumado e tentado	261
6.6.	Crime de dano e de perigo	261
6.7.	Crime simples, complexo, qualificado e privilegiado.....	261
6.8.	Crime plurissubjetivo e unissubjetivo	263
6.9.	Crime comissivo e omissivo	263
6.10.	Crime unissubsistente e plurissubsistente.....	264
6.11.	Crime habitual.....	265
6.12.	Outras classificações	265
7.	Substratos do crime	280

► Capítulo II

FATO TÍPICO.....	281
1. Introdução	281
2. Conduta	281
2.1. Teoria Causalista	282
2.2. Teoria Neokantista	285
2.3. Teoria Finalista.....	289
2.4. Teoria social da ação	291
2.5. Teorias funcionalistas.....	293
2.5.1. Funcionalismo Teleológico, Dualista, Moderado ou da Política Criminal.....	295
2.5.2. Funcionalismo Radical, Sistêmico ou Monista	296
2.6. Teoria da ação significativa.....	299
2.7. Características e elementos da conduta.....	300
2.8. Causas de exclusão da conduta	300
2.8.1. Caso Fortuito ou de Força Maior	301
2.8.2. Involuntariedade.....	301
2.8.3. Coação física irresistível (<i>vis absoluta</i>)	302
2.9. Formas de conduta.....	302
2.9.1. Quanto à voluntariedade do agente	303
2.9.1.1. Do crime doloso.....	303
2.9.1.1.1. Espécies de dolo	304
2.9.1.1.2. Fases da conduta dolosa.....	308
2.9.1.2. Do crime culposos	309
2.9.1.2.1. Espécies de culpa.....	314
2.9.1.2.2. Exclusão da culpa	318
2.9.1.3. Do crime preterdoloso	319
2.9.2. Erro de tipo.....	321
2.9.2.1. Erro de tipo x Erro de proibição	321
2.9.2.2. Erro de tipo: espécies.....	321
2.9.2.3. Erro de tipo: questões complementares.....	330
2.9.3. Quanto ao modo de execução.....	332

2.9.3.1.	Crime comissivo.....	332
2.9.3.2.	Crime omissivo.....	333
2.9.3.2.1.	Crime omissivo impróprio: (in) constitucionalidade.....	338
2.9.3.3.	Crime de conduta mista.....	339
3.	Resultado	340
4.	Nexo causal	344
4.1.	Conceito	344
4.2.	Concausas	346
4.3.	A teoria da imputação objetiva.....	350
4.3.1.	Criação ou incremento de um risco proibido.....	352
4.3.2.	Realização do risco no resultado.....	353
4.3.3.	Resultado se encontra dentro do alcance do tipo.....	354
4.4.	Causalidade nos crimes omissivos.....	355
5.	Tipicidade penal	356
5.1.	Evolução da tipicidade penal.....	356
5.2.	Tipicidade conglobante.....	358
5.3.	Espécies de tipicidade formal.....	359
5.4.	Tipo penal: elementos.....	360
5.5.	Tipo penal: modalidades.....	361

► *Capítulo III*

ILICITUDE.....	363
1. Conceito	363
2. Relação entre tipicidade e ilicitude	365
3. Causas excludentes da ilicitude (descriminantes ou justificantes)	367
3.1. Estado de necessidade.....	370
3.1.1. Requisitos do estado de necessidade	370
3.1.2. Estado de necessidade e erro na execução.....	376
3.2. Legítima defesa.....	376
3.2.1. Requisitos da legítima defesa.....	377
3.2.2. Legítima defesa e erro na execução.....	383
3.2.3. Legítima defesa da honra nos crimes contra a vida	384
3.3. Estricto cumprimento de um dever legal.....	388
3.4. Exercício regular de um direito	389
3.4.1. A problemática dos “ofendículos”	390
3.5. Consentimento do ofendido.....	391
3.6. <i>Ticking Bomb Scenario Theory</i> : o emprego da tortura na iminência de um ato terrorista	394
4. Excesso nas justificantes.....	396
5. Descriminante putativa	398

► *Capítulo IV*

CULPABILIDADE.....	401
1. Conceito	401

2.	Teorias da culpabilidade.....	403
2.1.	Teoria psicológica da culpabilidade.....	403
2.2.	Teoria psicológica normativa.....	404
2.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade (extremada e limitada).....	404
2.4.	Teoria da coculpabilidade.....	405
3.	A culpabilidade do autor x culpabilidade do fato.....	406
4.	Culpabilidade formal e material.....	407
5.	Elementos da culpabilidade.....	407
5.1.	Imputabilidade.....	407
5.1.1.	Causas de inimputabilidade.....	409
5.1.2.	A imputabilidade do índio (indígena) não integrado.....	417
5.1.3.	A emoção e a paixão.....	418
5.1.4.	A constatação da inimputabilidade.....	418
5.1.5.	Justiça penal consensual na inimputabilidade por doença mental.....	419
5.2.	Potencial consciência da ilicitude.....	422
5.2.1.	Erro de proibição.....	424
5.2.1.1.	Espécies de erro de proibição.....	426
5.2.1.2.	Erro de proibição e erro de tipo.....	427
5.3.	Exigibilidade de conduta.....	427
5.3.1.	Coação irresistível.....	428
5.3.1.1.	Requisitos da coação irresistível.....	428
5.3.2.	Obediência hierárquica.....	430
5.3.2.1.	Requisitos da obediência hierárquica.....	430
5.3.3.	Dirimentes supralegais.....	432
5.4.	Síntese das causas legais de exclusão da culpabilidade.....	435
▶	<i>Capítulo V</i>	
	PUNIBILIDADE.....	437
1.	Conceito.....	437
2.	Causas de extinção da punibilidade.....	438
2.1.	Morte do agente.....	440
2.2.	Anistia, graça e indulto.....	442
2.2.1.	Anistia, graça e indulto e os crimes hediondos e equiparados.....	445
2.3.	“Abolitio criminis”.....	448
2.4.	Decadência.....	449
2.5.	Perempção.....	450
2.6.	Prescrição.....	451
2.6.1.	Conceito.....	451
2.6.2.	Hipóteses de imprescritibilidade.....	452
2.6.3.	Prescrição: fundamentos.....	452
2.6.4.	Prescrição: espécies.....	453
2.6.4.1.	Prescrição da pretensão punitiva.....	453
2.6.4.1.1.	Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição em abstrato (PPPA).....	453

2.6.4.1.2.	Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente (PPPS ou PPPI)	470
2.6.4.1.3.	Prescrição da pretensão punitiva retroativa (PPPR).....	471
2.6.4.1.4.	Prescrição da pretensão punitiva em perspectiva, virtual, antecipada ou por prognose (PPPV)	473
2.6.4.1.5.	PPPA, PPPS e PPPR: resumo.....	474
2.6.4.2.	Prescrição da pretensão executória (PPE)	474
2.6.4.2.1.	PPE: consequências.....	475
2.6.4.2.2.	PPE: termo inicial	475
2.6.4.2.3.	PPE: exemplo.....	479
2.6.5.	Prescrição e atos infracionais.....	480
2.6.6.	A prescrição da pena de multa	481
2.6.7.	A redução dos prazos prescricionais (art. 115 do CP)	484
2.7.	Renúncia ao direito de agir.....	486
2.8.	Perdão (aceito) do ofendido.....	487
2.9.	Retratação do agressor	488
2.10.	Perdão judicial.....	489

► *Capítulo VI*

"ITER CRIMINIS".....	493
1. Introdução	493
2. Fases do crime	493
2.1. Cogitação	493
2.2. Atos preparatórios	494
2.3. Atos executórios.....	494
2.4. Consumação	497
3. Crime consumado.....	497
4. Da tentativa	498
4.1. Infrações penais que não admitem tentativa	502
5. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	505
5.1. Desistência voluntária	506
5.2. Arrependimento eficaz	508
6. Arrependimento posterior.....	509
6.1. Situações especiais de reparação do dano ou restituição da coisa	512
7. Crime impossível.....	515

► *Capítulo VII*

CONCURSO DE PESSOAS NA PRÁTICA DE CRIMES	521
1. Introdução	521
2. Conceito	521
3. Requisitos.....	522
4. Formas de praticar o crime quanto ao sujeito.....	524

4.1. Autoria (<i>Animus auctoris</i>).....	524
4.2. Autoria mediata	527
4.3. Autoria colateral	532
4.4. Multidão delinquente.....	533
4.5. Coautoria.....	534
4.6. Participação (<i>Animus socii</i>).....	535
4.6.1. Participação em cadeia e participação sucessiva.....	537
4.6.2. Participação negativa.....	538
5. Concurso de pessoas em crimes culposos.....	538
6. Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	538
7. Punibilidade no concurso de pessoas	540
8. Participação de menor importância.....	540
9. Participação dolosamente distinta	542
10. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	543
11. Participação impunível.....	544

Parte 3

TEORIA GERAL DA PENA

► *Capítulo I*

CONCEITO E FUNDAMENTOS DA PENA.....	549
1. Introdução	549
2. Finalidades (ou funções) da pena	550
2.1. Finalidade da pena no Brasil	551
3. Justiça restaurativa, justiça reparatoria e justiça negociada	552
4. Princípios informadores da pena	562
5. Penas proibidas no Brasil.....	572
6. Penas permitidas no Brasil.....	574

► *Capítulo II*

APLICAÇÃO DA PENA	577
1. Introdução	578
2. Fixação da pena privativa de liberdade	578
3. Primeira fase de aplicação da pena	579
3.1. Culpabilidade do agente.....	583
3.2. Antecedentes do agente	585
3.3. Conduta social do agente	589
3.4. Personalidade do agente	590
3.5. Motivos do crime.....	592
3.6. Circunstâncias do crime.....	592
3.7. Consequências do crime	593
3.8. Comportamento da vítima	594

4.	Segunda fase de aplicação da pena.....	595
4.1.	Das agravantes.....	597
4.1.1.	Reincidência (art. 61, I).....	599
4.1.2.	Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”).....	604
4.1.3.	Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução ou ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”).....	605
4.1.4.	Crime cometido com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”).....	605
4.1.5.	Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”).....	605
4.1.6.	Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e”).....	606
4.1.7.	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica (art. 61, II, “f”).....	606
4.1.8.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, “g”).....	608
4.1.9.	Crime praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, “h”).....	609
4.1.10.	Crime praticado quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (art. 61, II, “i”).....	610
4.1.11.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, “j”).....	610
4.1.12.	Crime praticado em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, “l”).....	612
4.1.13.	Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62).....	612
4.2.	Das atenuantes.....	613
4.2.1.	Menoridade (art. 65, I, 1ª parte).....	614
4.2.2.	Senilidade (art. 65, I, 2ª parte).....	615
4.2.3.	O desconhecimento da lei (art. 65, II).....	616
4.2.4.	Motivo de relevante valor moral ou social (art. 65, III, “a”).....	616
4.2.5.	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 65, III, “b”).....	616
4.2.6.	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”).....	617
4.2.7.	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”).....	618
4.2.8.	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, “e”).....	623
4.2.9.	Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66).....	623
5.	Terceira fase de aplicação da pena.....	625

5.1.	Concurso (homogêneo) de causas de aumento	627
5.2.	Concurso (homogêneo) de causas de diminuição.....	628
5.3.	Concurso (heterogêneo) de causas de aumento e de diminuição.....	629
6.	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	630
6.1.	Regime fechado.....	631
6.2.	Regime semiaberto	638
6.3.	Regime aberto.....	639
6.4.	Pena de reclusão.....	642
6.5.	Pena de detenção	644
6.6.	Pena de prisão simples	645
6.7.	Regime de cumprimento de pena do índio.....	646
6.8.	Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher.....	646
6.9.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração	646
6.10.	Sistema progressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade	649
6.11.	Limite das penas.....	670
7.	Penas e medidas alternativas à prisão	672
7.1.	As penas restritivas de direitos	673
7.1.1.	Introdução	673
7.1.2.	Restritivas de direitos: espécies.....	674
7.1.3.	Restritivas de direitos: características	679
7.1.4.	Restritivas de direitos: requisitos	680
7.1.5.	Penas restritivas de direitos x crimes hediondos (ou equiparados).....	683
7.1.6.	Penas restritivas de direitos x delitos de ameaça, lesão corporal leve e constrangimento ilegal	684
7.1.7.	Penas restritivas de direitos x crime de roubo	684
7.1.8.	Penas restritivas de direitos x crimes militares.....	685
7.1.9.	Penas restritivas de direitos na Lei de Abuso de Autoridade.....	686
7.1.10.	Restritivas de direitos: regras da substituição	688
7.1.11.	Restritivas de direitos: conversão	689
7.1.12.	Restritivas de direitos: momento de execução.....	691
7.2.	A pena de multa	692
7.2.1.	Introdução	692
7.2.2.	Aplicação da pena de multa.....	693
7.2.3.	Pagamento (voluntário) da multa.....	696
7.2.4.	Não pagamento da pena de multa	698
7.2.5.	Cumulação de penas de multa	701
7.2.6.	A multa e a Lei Maria da Penha	702
7.2.7.	A multa no tráfico de drogas.....	703
7.2.8.	Pena de multa e prestação pecuniária: distinções	704
7.3.	A suspensão condicional da pena (“sursis”)	704
7.3.1.	Conceito e natureza jurídica.....	704
7.3.2.	Sistemas.....	705

7.3.3.	Espécies, requisitos e condições	707
7.3.4.	Revogação	711
7.3.5.	Cassação	713
7.3.6.	Prorrogação.....	713
7.3.7.	Extinção	714
7.4.	Livramento condicional.....	715
7.4.1.	Conceito e natureza jurídica.....	715
7.4.2.	Requisitos.....	716
7.4.2.1.	Objetivos.....	716
7.4.2.2.	Subjetivos.....	721
7.4.3.	Condições	724
7.4.3.1.	Obrigatórias.....	724
7.4.3.2.	Facultativas	725
7.4.4.	Concessão e execução.....	725
7.4.5.	Revogação	726
7.4.5.1.	Obrigatória.....	726
7.4.5.2.	Facultativa	728
7.4.6.	Prorrogação.....	728
7.4.7.	Extinção	729

► *Capítulo III*

CONCURSO DE CRIMES	731
1. Conceito	731
2. Sistemas de aplicação da pena para o concurso de crimes.....	732
3. Concurso material	733
3.1. Condenação a penas de reclusão e detenção.....	734
3.2. Condenação a pena privativa de liberdade e restritiva de direitos.....	734
3.3. Concurso material e penas restritivas de direitos.....	735
4. Concurso formal.....	735
5. Continuidade delitiva.....	739
5.1. Crime continuado genérico ou comum	740
5.2. Crime continuado específico	744
6. Questões complementares	750
6.1. Concurso de crimes e prescrição.....	750
6.2. Concurso de crimes e suspensão condicional do processo	750
6.3. Concurso de crimes e pena de multa	751
6.4. Concurso de crimes e Juizados Especiais Criminais.....	751
6.5. Concurso de crimes, prisão preventiva e fiança	752
6.6. Concurso de crimes na execução penal	752

► *Capítulo IV*

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	753
1. Conceito, fundamentos e finalidade das medidas de segurança.....	753

2.	Princípios informadores das medidas de segurança	754
3.	Espécies de medida de segurança.....	755
4.	Pressupostos da medida de segurança	758
5.	Aplicação das medidas de segurança	759
5.1.	Duração da medida de segurança	759
5.2.	Perícia médica.....	760
6.	Desinternação ou liberação condicional	760
7.	Reinternação do agente.....	761
8.	Conversão da pena em medida de segurança	761
9.	Internação cível	763
10.	Extinção da punibilidade e medida de segurança.....	763
11.	Medida de segurança provisória	765

► *Capítulo V*

EFEITOS DA CONDENAÇÃO	769	
1.	Introdução	769
2.	Efeitos extrapenais genéricos.....	770
2.1.	Tornar certa a obrigação de indenizar.....	770
2.2.	Confisco dos instrumentos e produtos do crime	772
2.2.1.	Confisco em decorrência do tráfico de drogas	775
2.2.2.	Confisco em decorrência da lavagem de capitais.....	777
2.3.	Confisco alargado	778
3.	Efeitos extrapenais específicos.....	782
3.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	782
3.1.1.	Efeitos administrativos da condenação.....	782
3.1.2.	Efeitos políticos da condenação.....	783
3.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela	789
3.3.	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	791
4.	Efeito da condenação na legislação extravagante.....	793
4.1.	Lei de Tortura	793
4.2.	Lei de Organização Criminosa	793
4.3.	Lei nº 7.716/89 – Preconceito Racial.....	794
4.4.	Lei de Lavagem de Capitais.....	794
4.5.	Lei de Falência	794
4.6.	Lei nº 10.695 – alteração ao Código de Processo Penal	795
4.7.	Lei de Abuso de Autoridade.....	795

► *Capítulo VI*

REABILITAÇÃO	799	
1.	Conceito e Cabimento.....	799
1.1.	Assegurar sigilo das condenações	799

1.2. Suspensão condicional dos efeitos extrapenais específicos da condenação (art. 92 do CP)	800
2. Requisitos.....	801
3. Revogação	803
4. Competência e recurso	803
5. Reabilitação e pluralidade de condenações.....	803
▶ <i>Capítulo VII</i>	
AÇÃO PENAL	805
1. Introdução	805
2. Características do direito de ação	805
3. Condições da ação.....	806
4. Classificação da ação penal	807
4.1. Ação penal pública incondicionada	808
4.2. Ação penal pública condicionada.....	809
4.2.1. Da representação do ofendido	810
4.2.2. Da requisição do Ministro da Justiça	813
4.3. Ação penal de iniciativa privada.....	814
4.3.1. Ação penal exclusivamente privada	814
4.3.2. Ação penal privada personalíssima.....	818
4.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública	819
4.3.4. Institutos que ensejam a extinção da punibilidade nos crimes perseguidos mediante ação penal privada.....	820
4.4. Ação penal nos crimes complexos (art. 101 do CP).....	822
4.5. Ação penal nos crimes contra a honra	822
4.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	824
BIBLIOGRAFIA	829